

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Iaco Participações S.A.
São Paulo, SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras de **Rio Iaco Participações S.A. (“Sociedade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, com base em nossos exames, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, **representam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **Rio Iaco Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção que às referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às Sociedades e no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios de **Rio Iaco Participações S.A.**, a Sociedade continua apresentando um elevado grau de endividamento,

contudo, conforme descrito na nota explicativa nº 07, em 27 de novembro de 2020 foi deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas alterações em relação a forma de cálculo, data e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração, modificando o perfil dos pagamentos. Além disso, a valorização dos investimentos, o aumento de capital e adiantamento futuro de aumento de capital propiciaram uma redução do passivo descoberto em relação ao exercício anterior, registrando em 31 de dezembro de 2020 um patrimônio líquido negativo de R\$ 885.367 mil.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Impactos do COVID 19

A Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. De acordo com a nota explicativa nº 14, a Administração e avaliou que a pandemia não implicou em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas suas demonstrações financeiras de 2020.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos,

do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.



COKINÓS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0



DEMETRIO COKINÓS
Contador
CRC-1SP120410/O-2
CNAI 385

Rio Iaco Participações S/A
 CNPJ 06.990.482/0001-50
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	520	24	Debêntures	7	263.193	101.836
Impostos a recuperar	4	10	55	Obrigações fiscais		1	-
Dividendos a receber	5	37.997	516	Outras contas a pagar		9	2
Total do ativo circulante		38.527	595	Total do passivo circulante		263.203	101.838
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	5	1.630.000	821.110	Debêntures	7	2.290.691	2.411.253
Total do ativo não circulante		1.630.000	821.110	Total do passivo não circulante		2.290.691	2.411.253
Total do ativo		1.668.527	821.705	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social integralizado	8	753.072	602.866
				Adiantamento futuro aumento capital	6	61.085	150.125
				Prejuízo acumulado		(1.699.524)	(2.444.377)
				Total do patrimônio líquido		(885.367)	(1.691.386)
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.668.527	821.705

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Rio Iaco Participações S/A
CNPJ 06.990.482/0001-50
Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(687)	(812)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	846.887	362.475
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		846.200	361.663
Receitas financeiras	13	1	47
Despesas financeiras	13	(101.348)	(198.140)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(101.347)	(198.093)
Resultado antes dos impostos		<u>744.853</u>	<u>163.570</u>
Imposto de renda e contribuição social - diretos		-	-
Lucro líquido		<u><u>744.853</u></u>	<u><u>163.570</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Rio Iaco Participações S/A
CNPJ 06.990.482/0001-50
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	602.166	700	(2.607.947)	(2.005.081)
Lucro do exercício	-	-	163.570	163.570
Aumento de capital	700	(700)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.125	-	150.125
Saldos em 31 de dezembro de 2019	602.866	150.125	(2.444.377)	(1.691.386)
Lucro do exercício	-	-	744.853	744.853
Aumento de capital	150.206	(150.206)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.166	-	61.166
Saldos em 31 de dezembro de 2020	753.072	61.085	(1.699.524)	(885.367)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Rio Iaco Participações S/A
CNPJ 06.990.482/0001-50
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		744.853	163.570
Ajustes do resultado:			
Encargos sobre debêntures	7	100.794	173.215
Provisão para perda de investimentos	5	<u>(808.889)</u>	<u>(306.679)</u>
		36.758	30.106
Varição nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar	4	45	326
Dividendos a receber	5	(37.997)	(516)
Varição nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		1	(1)
Partes relacionadas	6	(89.040)	149.425
Outras contas a pagar		7	(18)
		<u>(90.226)</u>	<u>179.322</u>
Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		516	-
		<u>516</u>	<u>-</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures	7	(60.000)	(180.003)
Aumento de capital pelo acionista		150.206	700
		<u>90.206</u>	<u>(179.303)</u>
Recursos líquidos consumidos nas atividades de financiamento			
		<u>496</u>	<u>19</u>
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	5
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>520</u>	<u>24</u>
		<u>496</u>	<u>19</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

RIO IACO PARTICIPAÇÕES S/A. foi constituída em 03 de dezembro de 2010. É uma pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Henrique Schaumann, 270 e 278, sobreloja, sala Rio Purus, parte e tem por objeto a administração de bens próprios e a participação no capital social de outras sociedades. Sua principal participação é na CSN – Cia Siderúrgica Nacional onde detém 4,22% do capital social votante.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a depósitos em conta bancária e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Rio Iaco tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.



2.5) Debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

2.6) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável ou de não recuperabilidade do custo dos ativos.

2.8) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

b) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.9) Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos	520	24
Total	<u>520</u>	<u>24</u>

7. Debêntures

Em 31 de maio de 2011, ocorreu a 1ª emissão para distribuição pública, em série única de até 3.340 debêntures quirografárias, nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

As debêntures tinham prazo de vigência de dez anos, com vencimento em 31 de maio de 2021. Em 14 de junho de 2011 foram subscritas e integralizadas 3.313 debêntures totalizando R\$ 1.656.500.000, sendo que o saldo das debêntures não subscritas e não integralizadas foram canceladas naquele ato.

O valor nominal de cada uma das debêntures tinha o cronograma original de ser pago em 05 (cinco) parcelas iguais, anuais e sucessivas, cada uma no valor correspondente a 20% do valor nominal de cada uma das Debêntures, devidas em 31 de maio de 2017, em 31 de maio de 2018, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e na data de vencimento.

A remuneração de cada uma das debêntures era:

- I. Atualização monetária: o valor nominal não era atualizado monetariamente
- II. Juros remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidiram juros correspondentes a variação acumulada de 114,75% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 29 de novembro de 2018 foi celebrado o 10º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 04 (quatro) parcelas, sendo: 01 parcela de 40% (quarenta por cento) e 03 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 28 de fevereiro de 2019, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020, e a última na data de vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 28 de fevereiro de 2019 foi celebrado o 11º aditamento com alteração do cronograma de pagamento das parcelas do Valor Nominal e a nova Cláusula 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão que previa a seguinte condição: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 03 (três) parcelas, sendo: 01 parcela de 60% (sessenta por cento) e 02 parcelas cada uma no valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, em 31 de maio de 2019, em 31 de maio de 2020 e a última na Data de Vencimento em 31 de maio de 2021.

Em 27 de setembro de 2019, com retificação em 08 de outubro de 2019, foi celebrada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alterações nas Cláusulas 5.1, 6.3, 6.4, 6.14, 6.15 e 6.16 da Escritura de Emissão, sobretudo em relação a forma de cálculo, datas e percentuais de pagamento do valor nominal e da remuneração. O prazo das Debêntures será de 15 (quinze) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2026. O valor nominal será pago em 11 (onze) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2021. Os juros remuneratórios serão de acordo com o quadro a seguir:



Período	Spread
De 30/09/2019, inclusive, até 30/11/2020, exclusive	1,36% ao ano
A partir de 30/11/2020, inclusive, até 30/11/2022, exclusive	1,61% ao ano
A partir de 30/11/2022, inclusive, até 30/11/2024, exclusive	1,86% ao ano
A partir de 30/11/2024, inclusive, até 30/11/2026, exclusive	2,50% ao ano

Em 27 de novembro de 2020 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre alteração da data do evento de pagamento de remuneração que venceria em 30/11/2020 para que passasse a vencer em 31/03/2021.

Conforme instrumento particular alterado pelo 15º Aditamento, as debêntures estão garantidas por avais, fianças, garantias fidejussórias, alienações fiduciárias e garantias adicionais.

Cronograma de pagamento	2020	2019
Debêntures	120.563	60.000
Juros sobre debêntures	142.630	41.836
Passivo circulante	263.193	101.836
2021	-	120.562
2022	361.687	361.687
2023	482.251	482.251
2024	482.251	482.251
2025	482.251	482.251
2026	482.251	482.251
Passivo não circulante	2.290.691	2.411.253
Total	2.553.884	2.513.089

8. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de março de 2014 foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 112.000 mil, passando o capital social de R\$ 163.500 mil para R\$ 275.501 mil. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de setembro de 2014 foi aprovado novo aumento de capital no montante de R\$ 128.250 mil passando o capital social de R\$ 275.501 mil para R\$ 403.751 mil, representado por 403.750.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de março de 2016 foi aprovado um aumento de capital da ordem de R\$ 179.500 mil conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária registrada na JUCESP. Em 16 de março de 2018 foi aprovado um novo aumento do capital social no valor de R\$ 18.915 mil e passou de R\$ 583.251 mil, representado por 583.251 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal foi aumentado para R\$ 602.166 mil representados por 602.165.500 ações ordinárias nominativas. Em 28 de março de 2019 foi aprovado novo aumento de capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 700 mil e passou de R\$ 602.166 mil para R\$ 602.866 mil, representado por 602.865.600 ações ordinárias nominativas. Em 30 de março de 2020 foi aprovado aumento do capital social, utilizando a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 150.206

mil e passou de R\$ 602.866 mil para R\$ 753.072 mil, representado por 753.071.800 ações ordinárias nominativas.

9. Contingências

A Companhia não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente o resultado de suas operações.

10. Instrumentos financeiros

A empresa não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros e derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços prestados	(620)	(680)
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Legais e judiciais	(9)	(49)
Multas e moras	-	(31)
Cartórios	-	(1)
Total	<u>(687)</u>	<u>(812)</u>

12. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outras receitas operacionais		
Dividendos	37.997	55.795
Reversão perda de investimentos	808.890	1.115.570
	<u>846.887</u>	<u>1.171.365</u>
Outras despesas operacionais		
Provisão perda de investimentos	-	(808.890)
	<u>(846.887)</u>	<u>(808.890)</u>
Total	<u>(846.887)</u>	<u>362.475</u>



13. Receitas e despesas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações	-	29
Juros recebidos	1	18
	<u>1</u>	<u>47</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(100.794)	(173.215)
Despesas bancárias	(554)	(24.904)
IOF	-	(19)
Pis e cofins sobre receitas financeiras	-	(2)
	<u>(101.348)</u>	<u>(198.140)</u>
Total	<u>(101.347)</u>	<u>(198.093)</u>

14. Eventos subsequentes

Diante da pandemia do COVID-19, dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é certo que ainda haverá impacto nas atividades das empresas, no entanto não presentemente mensuráveis em relação à capacidade da empresa em honrar os seus compromissos. Vale ressaltar que a pandemia e seus efeitos não implicam em quaisquer impactos ou necessidades de ajustes nas demonstrações financeiras de 2020.



Diretoria

BENJAMIN STEINBRUCH – Diretor Presidente

ARNO SCHWARZ – Diretor Superintendente

DANIEL STEINBRUCH - Diretor

Contabilista

RUBENS DOS SANTOS

CRC TC 1SP031298/O-6